

A LÍNGUA GERAL DE MINA (1731/1741), DE ANTÓNIO DA COSTA PEIXOTO

Gonçalo Fernandes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

RESUMO: Neste artigo, apresentaremos uma análise de dois vocabulários manuscritos de António da Costa Peixoto (fl. 1731/1741), um leigo português, que, na primeira metade do século XVIII, descreveu uma língua africana falada em Minas Gerais por escravos africanos oriundos da região de S. Jorge da Mina, na atual cidade de Elmina, no Gana. Procuraremos também comparar a língua Mina com a língua dos Ardas, falada no território que atualmente pertence à República do Benim, através da comparação com um catecismo publicado (Madrid 1658) pelos capuchinhos espanhóis da província da Andaluzia, Espanha, liderados por José de Nájera (1621-1684), e saber se pertenciam à mesma família linguística. Também procuraremos analisar o vocabulário “censurado” dos manuscritos de Peixoto e o uso de palavras do foro popular (ou, mesmo, calão) pertencentes ao campo semântico das atividades sexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Mina, Arda, Línguas Africanas, Minas Gerais, Baía do Benim, António da Costa Peixoto.

ABSTRACT: This paper outlines two manuscript vocabularies written by Antonio da Costa Peixoto (fl. 1731/1741), a Portuguese layman, who, in the first half of the eighteenth century, described the Mina language, an African language spoken in Minas Gerais by African slaves from St George’s Castle, in the current town of Elmina, Ghana. Furthermore, the Mina shall be compared to the Allada, a language spoken in the kingdom of Allada (Ardra), which now belongs to the Republic of Benin, by comparison to a catechism published (Madrid 1658) by the Spanish Capuchins from the province of Andalucia, led by José de Nájera (1621-1684). We shall also proceed to discover whether they belonged to the same language family and to explore the words that were “censored” in Peixoto’s manuscripts and his pioneering use of vernacular (or, even, slang) words belonging to the semantic field of sexual activities.

KEYWORDS: Mina, Allada, African languages, Minas Gerais, Bight of Benin, António da Costa Peixoto.

Introdução.

Sobreviveram poucos documentos que atestam a presença de línguas africanas faladas no Brasil durante o efetivo período colonial (1534-1822)¹, tendo em consideração o enorme fluxo de escravos oriundos de África. Entre os séculos XVI e XIX, terão chegado ao Brasil entre 4 e 5 milhões de escravos africanos, provenientes essencialmente de duas regiões subsaarianas: a área Banto da África Central (especialmente dos atuais países da República do Congo, República Democrática do Congo e Angola) e a zona Kwa do Golfo da Guiné, no oeste africano (sobretudo dos atuais países do Gana, Togo, Benim e Nigéria). No fim do século XVII, por exemplo, a estimativa anual do comércio de escravos das costas de África era aproximadamente de 36000: do Golfo da Guiné, cerca de 19500; do centro oeste, 11000; e da costa ocidental, 5500... (THORNTON, 1998, p. 118). Com efeito, chegaram até nós apenas três obras, a *Arte da Língua de Angola* (Lisboa, 1697) do jesuíta Pedro Dias (1621/1622-1700) e dois manuscritos (1731 e 1741) do leigo António da Costa Peixoto (fl. 1731/1741) sobre a língua Mina.

A *Arte da Língua de Angola, oferecida (sic) a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos* descreve os aspetos mais relevantes de uma língua Banto, mais concretamente, do subdialeto Kahenda do dialeto Mbaka do Quimundo, usado pedagogicamente no Brasil pelos jesuítas como língua geral dos escravos oriundos de Angola e do Congo. Este subdialeto (Kahenda) era falado originariamente nos subúrbios da missão de Kahenda, localizada perto da cidade de Ambaka, atualmente no distrito de Kwanza Norte, entre os distritos de Bengo e Malange, de onde Miguel Cardoso, S.J. (1659-1721), que supervisionou a obra, era natural (FERNANDES, no prelo).

Por seu turno, os dois manuscritos de António da Costa Peixoto descrevem

1 Habitualmente, considera-se que o período colonial brasileiro situa-se entre 1500 [“descoberta” do Brasil por Pedro Álvares Cabral (ca.1467-ca.1520)] e 1822 (independência do Brasil). Contudo, optámos por situá-lo a partir de 1534, data da efetiva ocupação pela coroa portuguesa. Com efeito, em setembro de 1532, o rei D. João III (1502-1557) tomou a decisão de dividir o litoral brasileiro em capitanias hereditárias, mas “os documentos mais antigos da doação das capitanias datam de 1534. A demora entre o projeto e a execução pode explicar-se pela vontade régia de esperar a volta de Martim Afonso, ou pela dificuldade de redigir as complicadas cartas de doações e os forais que as acompanham ou, finalmente, pela falta de pretendentes à posse de terras incultas, impróprias para o comércio desde o começo.” (ABREU, 2009, p. 32) Por seu turno, em 7 de setembro de 1822, o príncipe regente do Brasil e futuro rei de Portugal D. Pedro IV (1798-1834), proclamou a Independência do Brasil, sendo aclamado, a 12 de outubro, Pedro I, Imperador do Brasil (1822-1831).

uma língua Mina, falada pelos escravos de Minas Gerais oriundos da Costa dos Escravos, na Baía do Benim, Golfo da Guiné, no oeste africano. A designação de língua Mina deve-se ao nome atribuído aos escravos provenientes da região do Golfo da Guiné — e não propriamente ao nome da região de destino / exportação dos escravos (Minas Gerais) —, em virtude de a sua origem ter sido maioritariamente a partir do Castelo ou Forte de S. Jorge da Mina², uma feitoria portuguesa construída em 1482 e localizada na atual cidade de Elmina, no Gana, que servia fundamentalmente de entreposto comercial de manutenção e exportação dos escravos. Os dois manuscritos são uma miscelânea de vocabulário e manual de conversação, organizados *grosso modo* por campos semânticos.

O primeiro, intitulado *Alguns apontamentos da lingua Minna com as palavras portuguezas correspondentes* (1731), ocupa 13 fôlios e encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa (Códice 3052, F. 2355). Apresenta bastantes rasuras e parece ter pertencido ao próprio autor, pois é uma versão preliminar do segundo e a caligrafia, apesar de ter sido escrito dez anos antes, tem muitos traços idênticos, inclusive a assinatura (riscada) do autor no fôlio 14r.

O segundo manuscrito, com o título *Obra nova de Lingoa geral de mina, traduzida, áo nosso Igdroma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Reino de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgueiras*, foi escrito em 1741, em Minas Gerais, na localidade de S. Bartolomeu, perto de Vila Rica (atualmente Ouro Preto). Tem 42 páginas e pertence à Biblioteca Pública de Évora (Códice CXVI/1-14). É o desenvolvimento do primeiro, tem uma caligrafia muito cuidada e foi impresso duas vezes, no século XX, em 1944 e em 1945, sob a coordenação do bibliotecário-arquivista Luís Silveira (1912-2000)³.

Na edição de 1944, Silveira omitiu algumas referências com o vocabulário mais popular e/ou calão relacionados com sexo e atividades sexuais. Em 1945, reintroduziu alguns desses excertos na língua Mina retirando, contudo, as traduções portuguesas, ou, como refere na observação final, “se suprimiu, por inútil a tradução de diálogos inteiros em que a intenção residia unicamente em expressões impossíveis de manter” (SILVEIRA, 1945, p. [67]). Julgamos que foi esta necessidade de retirar o calão que fez com que Silveira reeditasse a obra logo no ano seguinte, motivado, talvez, por alguma recomendação da

2 Devido à sua importância estratégica no comércio entre a África e o Novo Mundo, S. Jorge da Mina recebeu Carta de Foral, em 1486, do rei D. João II (1455-1495).

3 Luís Silveira foi segundo Bibliotecário (1935) e Diretor (1937) da Biblioteca Pública de Évora e viria a ser o Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos de Portugal entre 1954 e 1964 (RIBEIRO, 2008, p. 235).

Direção dos Serviços de Censura⁴, ainda que, até ao momento, não tenhamos conseguido qualquer prova documental sobre o assunto. Silveira aproveitou esta reedição para acrescentar um estudo linguístico do etnólogo e africanista Edmundo Arménio Correia Lopes (1898-1948), entre as páginas 41 e 66, intitulado “Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua Evœ no Brasil”, ausente na edição de 1944.

1. António da Costa Peixoto.

António da Costa Peixoto não terá sido um missionário e os seus objetivos eram de natureza pragmática, isto é, ele pretendia que os senhores de escravos e os próprios escravos mineiros oriundos dos vários países da Costa da Guiné se chegassem melhor, para que a comunicação entre eles fosse possível. No “prologo aó leitor”, Peixoto (1741, p. 5-6) afirma:

Pois hé serto e áfirmo, que se todos os senhores de escravos, e hinda os que os naõ tem, souvecem esta lingoage, naõ sucederiaõ tantos Insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes, e final *mente* cazos atrozés; Como *uitos* miseraveis tem expremetado: de que me parece de alguã sorte se poderiaõ evitar alguns destes des comsertos, se ouvece maior curuzidade e menos preguisa, nos moradores, e ábitantes destes payzes⁵.

Não temos quaisquer dados biográficos de Costa Peixoto para além dos que ele próprio nos apresenta no manuscrito, isto é, diz-se natural do concelho de Felgueiras, do atual distrito do Porto, na então província de entre Douro e Minho; em 1741 vivia em S. Bartolomeu, perto de Vila Rica, hoje Ouro Preto, Minas Gerais; e escrevia manuais da língua Mina, para vender:

Tenho dado fim aó que premeti, no principio deste caderno; e pesso ao dono delle, o estude, de sorte que dê por bem empregado o lemitado despendio:

4 A Direção dos Serviços de Censura foi mantida, até 1944, sob a tutela do Ministério do Interior, data em que passou a estar na dependência do Secretariado Nacional de Informação.

5 Na transcrição do manuscrito, utilizámos os seguintes critérios: mantivemos a grafia original, com as variações gráficas, as letras maiúsculas ou minúsculas; desdobrámos as abreviaturas, colocando em *itálico* esse desdobramento (em redondo em caso de título) e baixando os sobrescritos ao nível do texto, colocando-os em redondo; e, considerando que nem sempre fica evidente a intenção do autor, optámos por separar as preposições, conjunções e pronomes dos substantivos e outras classes de palavras que, eventualmente, no manuscrito se encontram unidos.

E que o não empreste, nem treslade, nem dé a treslado a ninguem, e finalmente me emculque curiosos *pera* que me comprem outros velumes, que com ansia e fervor, fico dando ao prello. e breve *mente* sahirão:

E do *contrario* me darey por *muito* mal servido; e saptisfeito pois notorio e publico, a *grande* despeza, e *esplendido* gasto, que tenho feito, nesta nova ofesina: (PEIXOTO, 1741, p. 41-42).

Se acrescentarmos a estes dados as duas estrofes (décimas) em redondilha, escritas por um amigo de Peixoto, possivelmente António de Souza Coimbra, a quem dedica a obra, fica a ideia de que Peixoto terá sido tradutor / intérprete de escravos minas:

Desimas de hũ amigo ao Auctor

Com pulicia, modo, e primor
 escreve Antonio da Costa
 a Lingoa minna, e gosta
 della pois ser o Auctor,
 hé de fama tradutor
 em estas minas Gerais
 e hinda posso diser mais
 que hé de *emgenho* subtil
 pois nas *partes* do Brazil
 sabe a lingoa mais *que* os mais

De verdade que o Autor
 desta nova tradução
 declara com destinação
 todo o methodo de compor,
 Bem se pode chamar senhor
 e Mestre da lingoa minna
 poiz *quem* tambem a ensigna
 no compor e descrever
 deste se pode dizer
 que faz obra perigrina (PEIXOTO, 1741, p. 2)

Estes dois textos levantam também questões de natureza sociológica, especialmente na complexidade das relações entre o senhor e os escravos e entre os próprios escravos. Se Peixoto escrevia manuais para vender e era tra-

dutor dos escravos minas é porque havia quem comprasse os manuais e podia usufruir dos seus conhecimentos de tradutor. Contudo, não parece crível que ele pudesse sobreviver economicamente vendendo os seus serviços apenas aos senhores dos escravos! É bem provável que outro tipo de público adquirisse os seus serviços, especialmente “os que os [escravos] não têm”, os “moradores, e ábitantes destes payzes” e até os simples “curiosos” com alguma capacidade financeira.

Por outro lado, a formação escolar de Peixoto não deverá ter sido longa, pois, embora escrevesse razoavelmente para a época, não era um especialista na língua portuguesa. Por exemplo, a sua ortografia regista variantes regionais do Português europeu da época, ainda hoje assinalados no dialeto setentrional de Portugal. O fato linguístico mais manifesto é a “troca dos bês pelos vês”, permuta entre os grafemas e <v> , isto é, a consoante oclusiva bilabial oral sonora [b] e a consoante fricativa labiodental sonora [v]: “souvecem” (PEIXOTO, 1741, p. 5) por “soubessem”; “barrer” (PEIXOTO, 1741, p. 25) por varrer; “bem” (PEIXOTO, 1741, p. 29) por “vem”...

Logo no “Prologo aó Leitor”, Peixoto admite essa falta de formação inicial:

Hoje he o dia, e tambem agora, em que se rezolveo o meu lemitado discurso, sahir aó teatro do mundo, com a novidade de traduzir aó nosso igdioma portugues, a lingoa geral de Minna. Não a descrevo com aquelle fundamento e distincão que a nossa pulcicia pede, causa de me faltarem as letras nos annos que a ellas me pudera aplicar:

Não duvido que nesta a Merica e Minas, hajaõ Auctores famosos, graduados nesta facultade, o que eu não ignoro, nem tambem ó ignorará quem os tiver visto, mas como thé o presente não vice obras dos tais talentos, me resolvi fazer esta nova traduçaõ por entender ser de muita utellidade o saberem todos esta taõ emportante sabedoria. (PEIXOTO, 1741, p. 5).

2. Língua Mina.

Os textos de António da Costa Peixoto já foram estudados, especialmente a partir da segunda edição impressa. Destacamos os importantes estudos de Yeda Antonita Pessoa de Castro e Aryon Dall’Igna Rodrigues, bem como da jovem investigadora Sílvia Margarete Cunha Souza, que estudou sobretudo a predicação nesta obra. Para Castro (1983, p. 97; 2002, p. 47), a língua aí descrita é predominantemente uma língua Fõ (cerca de 82%), a que propôs a designação

de Mina-Jeje e situou-a dialetologicamente no grupo da Língua Aja (das Línguas Gbe). Para Rodrigues (2003, p. 95), “(...) trata-se da língua Ewe (ou Gbe), mais proximamente de seus dialectos Fõ e Gum, tais como falados hoje no Benim”. Já em 1945, Lopes (1945, p. 45) referia que, “(...) por *Ogunu*, *Gunu*, *Gu* ou alada, entende-se uma variedade do *Fon* ou daomé, um dos dialectos que constituem a língua *evæ*, falada por aproximadamente um milhão de almas. O dialecto em questão foi no Brasil setecentista a língua geral da Mina de que se ocupa António da Costa Peixoto”. Acresce ainda que na *Obra Nova* aparece a palavra “guno” como sinónimo de “gente mina” (PEIXOTO, 1741, p. 12). Em síntese, o povo mina ou “guno” falava uma língua Ewe-Fon pertencente à família Kwa, caracterizada por um sistema de 3 tons, 7 vogais orais e 5 nasais, uma estrutura silábica CV (Consoante-Vogal) e uma estrutura sintática SVO (Sujeito-Verbo-Objeto), sem a distinção de género nem de verbos derivados (CASTRO, 2005, p. 38).

Há, no entanto, nestes estudos um fato que tem passado despercebido e não nos parece deva ser descurado: Manuel de Lima, S.J. (ca. 1667–1718)⁶ escreveu um *Catecismo na língua dos Ardas* (ca. 1708), como ele próprio referiu numa carta, datada de 28 de julho de 1708, ao Preósito Geral dos jesuítas, Michelangelo Tamburini (1648–1730), 14.º Superior Geral da Companhia de Jesus entre 1706 e 1730. Nessa carta, Manuel de Lima refere que falava Quimbundo (sua língua materna) e era o único padre da Companhia de Jesus a conhecer a língua dos Ardas, de que fez um catecismo enquanto missionava na Bahia, para converter à fé católica os escravos oriundos da Costa dos Escravos, na Baía do Benim do Golfo da Guiné (LEITE 1949, VIII, p. 318). Infelizmente, não encontramos, até ao momento, outros elementos que nos permitam inferir a validade desse depoimento, mas não podemos deixar de acreditar nele e, portanto, na existência desse catecismo em forma manuscrita, que terá circulado na Bahia entre os jesuítas, pelo menos, no primeiro quartel do século XVIII.

O reino de Arda (situado a este de S. Jorge de Mina, no atual território da República do Benim) estava na jurisdição de Portugal, dependia religiosamente da diocese de São Tomé, desde 1534, e era o mais poderoso reino nesta área nos séculos XVI e XVII. Arda foi conquistado em 1724 por Agaja (ca. 1673-1740), rei de Daomé e anteriormente vassalo do rei de Arda, e integrado no seu território (VERGER, 1964, p. 14). Desconhecemos o número de escravos existentes na Bahia, oriundos do reino de Arda, no início do século XVIII, mas podemos deduzir que devem ter sido muitos, por forma a justificar a composição de um

6 Manuel de Lima nasceu em Luanda, Angola, passou os primeiros anos da sua vida a estudar no colégio dos jesuítas de Angola e faleceu na Bahia em 1718 (LEITE, 1949, VIII, p. 318).

catecismo especificamente nessa língua africana. Estima-se, contudo, que, até 1671, a média anual de escravos saídos de Arda era de cerca de 3000 e, em 1678, o entreposto comercial inglês de Ofra, um dos portos mais importantes de Arda⁷, exportava cerca de 6000 a 7000 escravos por ano (AKINJOGBIN, 1967, p. 34). Acresce ainda o fato de o reino de Arda ter sido extinto e conquistado por Daomé em 1724, o que deve ter tido como consequência, como era habitual, que todos os seus líderes, políticos e militares, incluindo todas as suas famílias, fossem condenados perpetuamente à condição de escravos (Soares 2004).

Apesar de o *Catecismo na língua dos Ardas* de Manuel de Lima continuar desaparecido, há uma outra fonte anterior a que podemos aceder para conhecermos a língua dos Ardas e compará-la com a obra de Peixoto.

Com efeito, em 1658, o rei de Arda, Toxonu (?-ca.1661) (MANCKE, 2005, p. 120), enviou ao rei de Espanha, Felipe IV (1605-1665), um emissário (acompanhado por um intérprete) com o nome de Bans, que foi batizado com o nome Felipe Zapata⁸ durante essa estadia em Espanha, solicitando missionários para o seu reino (CARROCERA, 1949, p. 529, p. 545-546), com o propósito de estabelecimento comercial e o aumento da venda de escravos. Felipe IV, ainda na qualidade de Rei de Portugal⁹ (BRÁSIO 1981, XII, p. 176-177, p. 240-251; 1991, VI, II Série, p. 137-140), enviou doze missionários capuchinhos da província da Andaluzia (dez padres e dois irmãos leigos), liderados por Antônio de Salamanca. Os missionários deixaram Cádiz em 25 de novembro de 1659 e chegaram a Ofra, a 14 de janeiro de 1660. A capital de Arda, chamada “Zima”, onde vivia o rei, estava localizada a cerca de 40 quilômetros para o interior e tinha, na altura, aproximadamente 30000 habitantes. Foram recebidos por Mateus Lopes, um mestiço português, que era o tradutor de Toxonu. Esta missão foi um insucesso total em termos religiosos¹⁰, uma vez que o rei, especialmente por

7 O outro porto importante de Arda era Jakin.

8 Bans escolheu o nome cristão de Felipe Zapata em homenagem ao rei de Espanha (Felipe) e ao seu padrinho (Zapata), Pedro Zapata, Governador-Geral de Cartagena de las Indias.

9 A Espanha e a Igreja Católica apenas reconheceram a independência de Portugal em 1668 (REGO, 1940, p. 63), depois do Tratado de Lisboa (13 de fevereiro de 1668), um tratado de paz entre Portugal e Espanha assinado já no Reinado de Carlos II de Espanha (1661-1700) mas sob a regência de sua mãe Maria Ana da Áustria (1634-1696).

10 Cinco missionários morreram em poucos dias e os outros não tiveram grande sucesso. Só quatro missionários deixaram o reino e apenas três chegaram a Espanha — Antônio de Salamanca morreu na viagem de regresso e os freis José de Nájera e Agustín de Villabáñez e o irmão Cipriano de Madrid, depois de terem ficado algum tempo no reino vizinho de Popó, partiram para a Venezuela num navio holandês e chegaram à Missão de Cumana (Venezuela) em setembro de 1661 (CARROCERA, 1949, p. 542-543).

causa da monogamia exigida pelo Catolicismo, não se converteu e não permitiu que eles missionassem no seu território (BRÁSIO, 1981, XII, p. 378-388)¹¹.

Durante a preparação para a missão ao reino de Arda, os Capuchinos escreveram um catecismo bilingue, em Espanhol e Arda, liderados por José de Nájera (1621-1684) com a colaboração direta de Felipe Zapata, para ajudar os missionários a ensinar as orações e a fé Católica à população nativa, intitulado *Doctrina Christiana, y explicacion de sus misterios, en nuestro idioma Español, y en lengua Arda* (Madrid 1658). Trata-se de uma língua similar à descrita por Peixoto e há termos comuns aos dois documentos (FERNANDES, 2012), como, por exemplo, as palavras relacionadas com Deus (“vodum”) e filho (“vi”):

<i>Doctrina Christiana</i> (1658)		<i>Obra Nova</i> (1741 - Ms)
porque nos libre Dios	Vodu ¹² demitoe (1r)	náhipou hihá vou vòdum pou = fiquece com Deos Nosso <i>Senhor</i> (33)
al Sacerdote	Voduno (11v)	Avòduno = Padre (12)
de la Santa Madre Iglesia	Vodugue (6r)	máhi avòduno chuhê = vou acaza de hũ <i>Padre</i> (24)
		Avòdum chuhê = Igreja (13)
		máhivòdumchuhê = vou <i>pera</i> a Igreja (20)
		avòdumgê = contas de rezar (13)
		avòdumcû = coresma (13)
por Pasqua Florida	por Pasqua Florida	avòdum nhi = pascoa (13)
los Domingos	(6r)	avòdum zambe = Domingo (13)
y Fiestas de guardar	gresube (6r)	avòdum zampê = dia santo (13)
oyr Missa entera	vnebe (6r)	máhipom vòdum = vou a Missa (19)
confessar	mise misa brebu (6r)	máhihò vodum = vou comfesarne (19)
	confessar (6r)	máhichlevòdum = vou rezar (20)
Hijo	Vi (9r)	vi = filho (10)

Com efeito, apesar de os autores da *Doctrina Christiana* não terem traduzido alguns vocábulos religiosos com palavras da língua Arda, como, por exemplo, “páscoa”, “missa” e o verbo “confessar”, e Peixoto o ter feito, estas ocorrências demonstram que, possivelmente, havia população arda entre os “gunos” descritos por Peixoto e que as línguas Arda e Mina pertenciam à mesma família linguística.

11 Em 1670, o rei Tezifon (ca. 1661-1682), o sucessor de Toxonu (MANCKE, 2005, p. 345), enviou Mateus Lopes ao rei de França, Louis XIV (1638-1715), o que provocou a presença dos franceses em Arda ainda nesse ano (AKINJOGBIN, 1967, p. 29).

12 Os negritos, quer da edição de 1658 quer do manuscrito de 1741, são da nossa responsabilidade e usámo-los para mais facilidade de comparação entre os dois documentos.

3. Vocabulário censurado na *Obra Nova*.

Há, ainda, um outro aspeto que ainda não foi estudado, em particular as palavras censuradas, primeiro pelo próprio autor, e, depois, por Luís Silveira, nas edições de 1944 e 1945.

A *Obra Nova* tem, no total, 899 palavras africanas, 426 palavras isoladas e 473 integradas em diálogos e pequenas frases (RODRIGUES, 2003, p. 93-94). Regista o mais importante, na perspetiva de Peixoto, dos aspetos socioculturais daquela realidade específica, como o relacionamento entre donos e escravos, atividades profissionais, processos de socialização, situações domésticas, doenças e bem estar, corpo humano e as suas funções, casa, família, roupas, comida, bebidas, fauna e flora, divindade e o sobrenatural, instrumentos de trabalho, capacidades e imperfeições, e sexo e atividades sexuais, etc. (CASTRO, 2002, p. 151-185).

Quer no manuscrito de 1731 quer no de 1741, Peixoto não apresenta a tradução das expressões que ele intitula de “chingar”¹³, “(...) por serem palavras menos desentes a nossa pulícia” (PEIXOTO, 1741, p. 35):

<i>Alguns Apontamentos (1731 - Ms)</i>	<i>Obra Nova (1741 - Ms)</i>
Chingar Anunhatô cri cri // anunhatô veo // anohiho fou // anunhatô angalite plou plou, vhâ dummy // vhâ dumi chuba chû // (PEIXOTO, 1731, fól. 12r)	chingar. Anunhatô cri cri ¹⁴ // anunhatô veo ¹⁵ // anóhihó fou ¹⁶ // anunhatô angalito plou plou ¹⁷ // huhá dumi ¹⁸ // huhá dumi chuchû // ¹⁹ (PEIXOTO, 1741, p. 35)

13 Em nenhum dos 18 textos do *Corpus Lexicográfico do Português* disponibilizados pelo DICIweb (<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/>) aparece a palavra “chingar”, grafada com “ch” ou com “x” (“xingar”), o que significa que não era uma palavra usual no Português europeu. Com efeito, o Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa refere que “xingar” é brasileirismo, significa dirigir insultos, palavras ou xingos a alguém e deriva da palavra *kuxinga* do Quimundo (ACADEMIA, 2001, II, p. 3794). Também Houaiss e Villar (2004, p. 2897) e Mendonça (2012, p. 172) confirmam que o verbo xingar tem origem no Quimundo.

14 “Sua coisa ruim, ordinária” (CASTRO, 2002, p. 72).

15 “Sua coisa desgraçada, seu desgraçado” (CASTRO, 2002, p. 72).

16 “Seu coisa, vá te arreganhar” (CASTRO, 2002, p. 72).

17 “Sua coisa debochada, prostituta, filho / filha da puta” (CASTRO, 2002, p. 72).

18 “Venha me comer, foder” (CASTRO, 2002, p. 79).

19 “Venha me comer, seu cão leproso” (CASTRO, 2002, p. 79).

No entanto, há expressões / pequenas frases que foram totalmente esquecidas na edição de 1944, sem qualquer razão aparente, como:

- huhema hujáhi = cahiume o escripto (PEIXOTO, 1741, p. 17)
- máhibá nàquè = vou buscar lenha (PEIXOTO, 1741, p. 20)
- máhichó hinhono = vou compar hua negra (PEIXOTO, 1741, p. 23)
- Aquhé = ouro / aquhé tum tum = dinheiro / aquhé gèrè ga = balanssa de pezar ouro (PEIXOTO, 1741, p. 36)
- lelo dótô = mentirozo (PEIXOTO, 1741, p. 37)

Contudo, esta gralha parece ter sido parcialmente detetada pelo editor, uma vez que duas frases foram reintroduzidas na edição de 1945:

- máhibá nàquè = vou buscar lenha (PEIXOTO, 1945, p. 26)
- máhichó hinhono = vou compar hua negra (PEIXOTO, 1945, p. 29)

Há, ainda, palavras e frases omitidas quer nas edições de 1944 quer de 1945, por razões alegadamente de pudor, para evitar o uso impróprio do vocabulário ou, nas palavras de Silveira:

Advirta-se que se julgou conveniente não transcrever a tradução de alguns passos (poucos de resto) que pela extrema licenciosidade eram desagradáveis e cuja falta não altera, substancialmente, o livro, nem priva o estudioso de elementos importantes (SILVEIRA, 1944, p. 8).

Curiosamente, na edição do ano seguinte, substituí “extrema licenciosidade” por “sua escabrosidade” (SILVEIRA, 1945, p. 9). Ainda nesta edição, na “Observação” final, que não existe na edição de 1944, Silveira refere que:

A censura moral, de cuja necessidade só pode duvidar quem não conhece o Ms., deu motivo, no decurso deste trabalho, a numerosas hesitações. Importa dizer que se suprimiu, por inútil a tradução de diálogos inteiros em que a intenção residia unicamente em expressões impossíveis de manter. Isto não prejudica a compreensão dos verdadeiros estudiosos da língua; não os impede de traduzir e decompor as frases e os vocábulos. Para que a edição não resulte desfalcada pela incidência da censura na parte léxica, bastará notar as *palavras quibus organa generationis nuncupantur, scilicet: do (membrum), necam (scrotum), necnom cam (hymen)*. (SILVEIRA, 1945, p. [67])

A estratégia editorial da edição de 1944 foi a de simplesmente eliminar algumas dessas palavras e frases, como:

- chulefum = fasa o pentelho / huhà chùlè nàme = ande fazermos (PEIXOTO, 1741, p. 35)
- nóhé name ayó parê = mai dame hu bocado de cono // (sic) Pregunto fihá náhinà nauhê = aónde / (sic) hó hey dehir dar (PEIXOTO, 1741, p. 40)
- cum chibê = ando com o sangue // (sic) sóhá mápom = mostra pera ver (PEIXOTO, 1741, p. 40)
- mématim aquhé má hó hayò hâ = quem não tem ouro, não fode. // (sic) name ayo dim beré siê ná nauhê aguhé = da me agora ó cono, equal quer dia te darey o ouro // (sic) nhimá ná ayóche achó hâ = eu não dou o meu cono fiado (PEIXOTO, 1741, p. 41)

A edição de 1945, contudo, apresenta a maior parte delas, mas omite a tradução portuguesa, colocando reticências entre parêntesis retos. O quadro-síntese seguinte é bastante elucidativo:

Peixoto (1741 - Ms)	Peixoto (1944)	Peixoto (1945)
vfum – pentelho (p. 8)	vfum – pentelho (p. 15)	vfum – [...] (p. 17)
do = pica (p. 8)	do – pica (p. 16)	do – [...] (p. 18)
necam = colhoiz (p. 8)	necam – colhois (p. 16)	necam – [...] (p. 16)
ayó = cono (p. 8)	ayó – cono (p. 16)	ayó – [...] (p. 18)
migoume = o cú (p. 8)	migoume – o cú (p. 16)	migoume – [...] (p. 18)
hinhahom – peido (p. 38)	hinhahom – peido (p. 34)	hinhahom – [...] (p. 38) * Latine <i>crepitus</i> (nota de rodapé)
Pregunto gui geroi ayô = <i>vocem-ece quer</i> cono (p. 26)	Preg. ^{to} , qui geroy ayô – <i>vm.^{cc} q.^r</i> cono (p. 27)	Preg. ^{to} , qui geroi ayô – <i>vm.^{cc} q.^r</i> [...] (p.30)

<p>Cazos extra ordinarios; e eu o afirmo, por alguns lemitados, que a mim (p. 39) proprio me tem sucedido, mas pera que não aleguem Ignorancia, escrevo o seguinte e fujaõ delle: // (sic) nóhé name ayó parê = mai da me hu bocado de cono // (sic) Pregunto fihá náhiná nauhê = aónde / (sic) hó hey de hir dar // huhà mi hi zume = vamos pera o mato // zume hé mihom = o mato está humido // huhà mi hi zamgi = vamos pera a cama // hu hà mi hi = vamos // (p. 40)</p>	<p>Cazos extraordinarios; e eu o afirmo, por alguns lemitados, que a mim proprio me tem suced., mas pera que não aleguem Ignorancia, escrevo o seg.^{te} e fujaõ delle: // ... huhàmihizume — vamos p.^a o mato // Zume hémihom — o mato está humido // huhà mi hi zamgi — vamos p.^a a cama // huhà mi hi — vamos // (p. 35)</p>	<p>Cazos extraordinarios; e eu o afirmo, por alguns lemitados, que a mim proprio me tem suced., mas pera que não aleguem Ignorancia, escrevo o seg.^{te} e fujaõ delle: // huhàmihizume — [...] // Zume hémihom — [...] // huhà mi hi zamgi — [...] // huhà mi hi — (p. 38)</p>
<p>dirâ tambem hum chibê = ando com o sangue // sóha mápom = mostra pera ver // hum cu hunham = (p. 40) eu tenho vergonha // humbê = não quero // hé hú nihê = aqui está // nhi mágerou nâpom gumthó hé hâ = eu não quero ver o teu sangue // Cá milhor praxe de que eu uzo, alguas vezees (sic), hé esta: nhi matim aquhé dim hâ = eu não tenho agora ouro // mématim aquhé má hó hayó hâ = quem não tem ouro, não fode. // name ayo dim beré siê ná nauhé aguhê = da me agora ó cono, equal quer dia te darey o ouro // nhimá ná ayóche achó hâ = eu não dou o meu cono fiado & (p. 41)</p>	<p>dirá tambem: hum cu hunham — eu tenho vergonha // humbê — não. quero // héhu'nihê — aqui está // nhimá — gerou nâpom gumthó hé hâ — eu não. quero ver o teu sangue // (p. 35) Cá milhor praxe de que eu vzo, algúas vezees, hé esta: Nhimatim aquhédimhâ — eu não. tenho agora ouro // ... (p. 36)</p>	<p>dirá tambem: humchichê — [...] // sóhá mápom — [...] // hum cu hnnham = eu tenho vergonha // humbê — [...] // héhu'nihê — [...] // nhimá — gerou nâpom gumthó hé hâ — [...] // Cá milhor praxe de que eu vzo, algúas vezees, hé esta: Nhimatim aquhédimhá = eu não. tenho agora ouro // mématim aquhe ma hóhayo hâ — [...] // name ayo dim, beré siê na nanhe aquhé — [...] // nhi ma na ayó he achóhâ — [...] = // & (p. 39).</p>

Realizada uma pesquisa nos dicionários portugueses coevos, o que nos apresenta mais elementos relativos a este vocabulário popular relacionado com o sexo e a atividade sexual é Jerónimo Cardoso (1508-1569), na obra *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (Coimbra, 1562), como “pissa” (*mentula, ae*), “colham” (*coleus, ei*), “cu” (*podex, cis*), “peido” (*crepitus, us*), “pentelho” (*pubex, cis*) (<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/>).

Apenas as palavras “cono” e “caralho” não merecem qualquer referência em nenhum dos dicionários consultados. Em contrapartida, o *Vocabulário Portuguez e Latino* (1712-1728) de Rafael Bluteau (1638-1734), o mais importante dicionário setecentista português, omite a quase totalidade do vocabulário de cariz sexual registado por Peixoto.

Conclusão.

O manuscrito *Obra nova de lingua geral de mina* (1741) de António da Costa Peixoto é um registo histórico importante que demonstra a existência de uma língua Kwa (e não um crioulo) falada em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, utilizada como *lingua franca* pelos próprios escravos oriundos da região do Golfo da Guiné, denominados entre si por “gunos”.

Trata-se de um dos primeiros documentos (senão o primeiro) em território brasileiro a descrever essa língua. Há, contudo, a referência a um *Catecismo na língua dos Ardas* (ca. 1708) do jesuíta Manuel de Lima (ca. 1667–1718), embora ainda desaparecido, elaborado na Bahia e cuja língua é similar e pertence, pelo menos, à mesma família linguística.

A importância do(s) manuscrito(s) de Peixoto não reside apenas na descrição diacrónica dessa língua africana na expressão que lhe foi dada pelos escravos minas, mas também do Português brasileiro e do Português europeu da primeira metade do século XVIII. Com efeito, o lexema “chingar” (PEIXOTO, 1741, p. 35), por exemplo, é claramente um brasileirismo, não se encontrando registado em nenhum dos lexicógrafos portugueses de seiscentos nem de setecentos. Brasileirismos são também construções com dupla negação, com a repetição do advérbio de negação “não” pré e pós-verbalmente (Alkmim, 2001), como, por exemplo, em: “màtim vihâ = não tem filhos naõ” (Peixoto 1741: 15); “hè mà gam dume hâ = naõ me mordeo naõ” (PEIXOTO, 1741, p. 37); e “hémá bouhâ = naõ corta naõ” (PEIXOTO, 1741, p. 39). Estes exemplos demonstram que essas repetições já se encontravam na língua africana com a utilização de dois advérbios diferentes (“mà” e “hâ”), conforme a posição na frase, podendo estar aí a origem deste brasileirismo (SOUZA & LUCCHESI, 2004).

Interessante é também o fato de Peixoto confirmar o uso de palavras do foro popular (ou mesmo do calão) pertencentes ao campo semântico sexual e estas se encontrarem registadas em poucos dicionários seiscentistas, como “colham” (CARDOSO, 1562, fól. 32r), “cu” (CARDOSO, 1562, fól. 37r), “peido” (CARDOSO, 1562, fól. 84v), “pentelho” (CARDOSO, 1562, fól. 85r) e “pissa” (CARDOSO, 1562, fól. 86r). Contudo, o manuscrito de Peixoto

tem ainda um valor acrescido pelo fato de ser o primeiro documento que conhecemos (MACHADO, 2012, p. 272-285) a registrar o uso de duas palavras não dicionarizadas até então, “caralho” e “cono”, dois termos vulgares para os órgãos sexuais masculino e feminino, respetivamente (NEVES & SANTOS, 2001, p. 34 e p. 39).

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

PEIXOTO, António da Costa. *Alguns Apontamentos da Lingoa minna com as Palavras Portuguezas correspondentes*. Manuscrito, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1731 (F. 2355 Códice 3052).

_____. *Obra nova de Lingoa geral de mina, traduzida, áo nosso Igdioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Reino de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgueiras*. Manuscrito, Biblioteca Pública de Évora, 1741 (Códice CXVI/1-14).

_____. *Obra nova de língua geral de Mina de António da Costa Peixoto: Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado e apresentado por Luís Silveira*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

_____. *Obra nova de língua geral de Mina de António da Costa Peixoto: Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado e apresentado por Luís Silveira e acompanhado de comentário filológico de Edmundo Correia Lopes*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.

Fontes secundárias

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ACADEMIA = Academia das Ciências de Lisboa. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. 2 vols. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

AKINJOGBIN, I[saac] A[deagbo]. *Dahomey and its neighbours, 1708-1818*. London: Cambridge University Press, 1967.

ALKMIM, Mônica Guieiro Ramalho de. *As negativas sentenciais no dialeto mineiro [manuscrito]: uma abordagem variacionista*. Tese de doutoramento. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

_____. “Negativa pré- e pós-verbal: implementação e transição”. In COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça & Jânia Martins RAMOS: *Dialeto*

- mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, p. 169-182.
- BRÁSIO, António. *Monumenta Missionaria Africana*. I Série. 15 Vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar (vols. 1-11) / Academia Portuguesa de História (vols. 12-15), 1952-1988.
- _____. *Monumenta Missionaria Africana*. II Série. 6 Vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar / Academia Portuguesa de História, 1958-1979.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes (vol. 1-4); Lisboa: Pascoal da Sylva (vol. 5-8); *Suplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*, 2 vol.: Lisboa: Joseph Antonio da Sylva; *Vocabulario de Synonimos e Phrases Portuguezas*, vol. 2: Lisboa: Patriarcal Officina da Musica, 1712-1728.
- CARROCERA, Buenaventura de. “Misión Capuchina al Reino de Arda”. *Missionalia Hispanica* 6, 1949, p. 523-546.
- CARDOSO, Jerónimo. *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. Lisboa: João Álvares, 1562.
- _____. *Dictionarium latino-lusitanicum, et lusitanico-latinum*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1694.
- CARDOSO, Suzana et alii (eds.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- CARREIRA, António. *Notas sobre o tráfico português de escravos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1983.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. “A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia”. *Afro-Ásia* 4-5, 1968, p. 25-34.
- _____. “Das línguas africanas ao português brasileiro”. *Afro-Ásia* 14, 1983, p. 81-106.
- _____. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.
- _____. “Das línguas africanas ao português brasileiro”. *Patrimônio — Revista Eletrônica do IPHAN*, 6 (janeiro-fevereiro). Disponível em <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=214> (última consulta: 23 de julho de 2012), 2007, p. [1-4].
- _____. “African Languages an Brazilian Portuguese: A new approach”. PETTER & MENDES (eds.), 2009, p. 47-56.
- _____. “Prefácio – Renato Mendonça e «A influência africana no português do Brasil», um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro”. MENDONÇA, Renato Firmino Maia de, 2012, p. 15-27.

- DICIweb = Corpus Lexicográfico do Português. Disponível em <http://clp.dlc.ua.pt/inicio.aspx> (última consulta: 30 de julho de 2012).
- FALOLA, Toyin & Matt D. Childs (eds). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004.
- FELÍCIO, Zoraide Magalhães. *Nunca vi não: estratégias discursivas de negação na região oeste da Bahia*. Dissertação De Mestrado. Salvador: Universidade Do Estado Da Bahia, 2012.
- FERNANDES, Gonçalo. “Continuity and Rupture in the First Grammatical Descriptions of African Languages by Portuguese Missionaries”. Conferência proferida no *12th International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS XII)*, Universidade de St. Petersburg, 2011.
- _____. “The *Arte da Lingua de Angola* (Lisbon 1697) by Pedro Dias: the first grammatical description of the Kahenda-Kimbundu”. No prelo.
- _____. “Translational Processes in two Works of the Arda (1658) and the Mina (1741) Languages”. Conferência proferida no *7th International Conference on Missionary Linguistics*, Institut Ibero-Amerika, Universität Bremen, 2012.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3.^a edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- HOUAISS, Antônio & Mauro de Salles VILLAR. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Houaiss e Editora Objetiva, 2004.
- LAW, Robin. *The slave coast of West Africa 1550-1750: the impact of the Atlantic slave trade on an African society*. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. Lisboa: Livraria Portugália (vols. 1-2); Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (vols. 3-10), 1938–1950.
- LOPES, Edmundo [Arménio] Correia. “Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua Evze no Brasil”. PEIXOTO, António da Costa, 1945, p. 41-66.
- LOVEJOY, Paul E. “The Yoruba Factor in the Trans-Atlantic Slave Trade”. FALOLA, Toyin & Matt D. CHILDS (eds), 2004, p. 40-55.
- MACHADO, José Barbosa. *Estudos de Língua e Cultura portuguesas: séculos XIV, XV e XVI*. Braga: Edições Vercial, 2012.
- MANCKE, Elizabeth & Carole SHAMMAS (eds.). *The Creation of the British Atlantic World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.
- MENDONÇA, Renato Firmino Maia de. *A influência africana no português do Brasil*. Prefácio de Yeda Pessoa de Castro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012 [1933].
- NEVES, Orlando & Carlos Pinto SANTOS. *Dicionário do palavrão e de outras inconveniências*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni & Ronald Beline MENDES (eds.). *Proceedings of the Special World Congress of African Linguistics: Exploring the African Language Connection in Americas*. São Paulo: Humanitas, 2009.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni. “Línguas Africanas no Brasil”. CARDOSO, Suzana *et alii* (eds.), 2006, p. 117:142.
- REIS, João José & Beatriz Gallotti MAMIGONIAN. “Nagô and Mina: The Yoruba Diaspora in Brazil”. FALOLA, Toyin & Matt D. CHILDS (eds), 2004, p. 77-110.
- RIBEIRO, Fernanda. “A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo”. TORRALBA, Luís Reis & Heloísa PAULO (eds): *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 223-237.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “As línguas gerais sul-americanas”. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 4 (2), 1996, p. 6-18.
- _____. “Obra nova da língua geral de mina: a língua ewe nas Minas Gerais”. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 13, 2003, p. 92-96.
- _____. “As outras línguas da colonização do Brasil”. CARDOSO, Suzana *et alii* (eds.), 2006, p. 143-161.
- RONCARATI, Cláudia. “A negação no português falado”. MACEDO, A. T., C. RONCARATI & M. C. MOLLICA (eds): *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, pp. 97-112.
- SANTANA, Jan Carlos Dias de Santana & Priscila Brasileiro Silva do NASCIMENTO. “A Negação no Português falado da Matinha/Ba: Um estudo sociolinguístico”. *Letra Magna, Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, 14, 2011, pp. 1-17.
- SILVEIRA, Luís. “Apresentação”. PEIXOTO, António da Costa, 1944, pp. 5-8.
- _____. “[Apresentação]”. PEIXOTO, António da Costa, 1945, pp. 5-10.
- SOARES, Mariza de Carvalho. “From Gbe to Yoruba: Ethnic Change and the Mina Nation in Rio de Janeiro”. FALOLA, Toyin & Matt D. CHILDS (eds), 2004, pp. 231-247.
- SOUZA, Arivaldo Sacramento de & Dante LUCCHESI. “Estrutura de negação em uma comunidade rural afro-brasileira”. *Hyperion Letras*, 7, 2004. Disponível em www.hyperion.ufba.br/_texts/2004-2/arivaldosouza.doc (última consulta: 11 de outubro de 2012).
- SOUZA, Sílvia Margarete Cunha. *A predicação na “língua geral de mina”: uma*

- proposta de descrição*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Lingüística, 2001.
- _____. “A Obra Nova de Língua Geral de Mina no Contexto da Produção Lingüística Brasileira dos primeiros séculos”. *Estudos Lingüísticos*, 32. Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL), 2003^a. Internet: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci220.htm> (última consulta: 29 de setembro de 2012).
- _____. “A predicação na Língua Geral de Mina”. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 13, 2003^b, pp. 97-106.
- _____. “Os esquemas predicativos da língua geral de mina”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* n° 13/14, 2004.
- VERGER, Pierre. *Bahia and the West Cost Tradee (1549-1851)*. Ibadan University Press / Institute of African Studies, 1964.
- ZIMMERMANN, Klaus. “La construcción del objeto de la historiografía de la lingüística misionera”. ZWARTJES, Otto & Even HOVDHAUGEN (eds.), 2004, pp. 7-32.
- _____. “Koloniallinguistik. Thesen aus iberoromanistischer Perspektive”. Workshop Koloniallinguistik Universität Bremen, 24 –25 März 2011. Disponível em http://www.fb10.uni-bremen.de/sksv/kolling2011/kolling_thesen_zimmermann.pdf (última consulta: 6 de agosto de 2011).
- ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. [Studies in the History of the Language Sciences, 117], 2011.
- ZWARTJES, Otto & Even HOVDHAUGEN (eds.). *Missionary linguistics / Lingüística misionera: selected papers from the First International Conference on Missionary Linguistics, Oslo, March 13th-16th, 2003*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. [Studies in the History of the Language Sciences, 106], 2004